

Entre Pontes e Mangues: Acesso e Permanência de Mulheres Usuárias de Crack nos Serviços da RAPS de Recife-Pe

Between Bridges and Mangroves: Access and Permanence of Women Who Use Crack in Recife-Pe's RAPS Services

Brunna Rayane Carvalho Amorim¹

Paula Regina Lima de Moraes Pergentino²

RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar a percepção das mulheres consumidoras de *crack* acerca do acesso aos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Recife, tendo como público-alvo as que estão em situação de rua em uma área de mangue localizada no centro da cidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que realizou estudo de campo e entrevista semiestruturada com as mulheres que frequentavam esse território durante o ano de 2016. Percebe-se através deste trabalho que por estarem inseridas em um sistema patriarcal, racista e classista, estas têm seus direitos violados pela criminalização das suas vidas e dos seus corpos. Diante do crescente conservadorismo e desmonte das políticas públicas, faz-se necessário reafirmar a RAPS como modelo legítimo de atenção em saúde mental o qual preconiza a liberdade e o respeito aos direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Crack; Exploração sexual; Gênero.; Mulher.

ABSTRACT

This article aims to analyze the perception of women crack users in the Psychosocial Attention Network services of Recife, with the target audience those who are living in the streets in a mangrove area located in the center of the city. The project it is about qualitative research which realized a field study and semi-structured interviews with women who attended this location during the year of 2016. Through this work, it can be noticed that because they are inserted in a patriarchal, racist and classicist system, these women have their rights violated by the criminalization of their lives and their bodies. Considering the growing conservatism and tearing down of public policies, it is necessary to reaffirm the PAN as a legit model of mental health care, which advocates freedom and respect for human rights.

KEYWORDS: Crack; Sexual exploitation; Gender; Woman.

¹ Assistente Social graduada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), especialista em Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) pelo Programa de Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Prefeitura do Recife. Bolsista do Ministério da Saúde. E-mail: brunnacamorim@gmail.com

² Assistente Social graduada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre em Serviço Social (UFPE), membro do Grupo de Estudos sobre Álcool e Drogas (UFPE). E-mail: aspaulamoraes@gmail.com

Introdução

E foi sobre estes bancos de solo ainda mal consolidados, mistura incerta de terra e água, que se apressaram a proliferar os mangues – esta estranha vegetação capaz de viver dentro de água salgada, numa terra frouxa, constantemente alagada. Agarrando-se com unhas e dentes a este solo para sobreviver, através de um sistema de raízes que são como garras fincadas profundamente no lodo e amparando-se, umas nas outras, para resistirem ao ímpeto das correntezas da maré e ao sopro forte dos ventos alísios (Josué de Castro).

Foi no cenário descrito por Josué de Castro, durante a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Prefeitura do Recife-PE, que adentrei pela primeira vez no mangue da Ponte do Limoeiro, conhecido de forma pejorativa pela população como “chupa-chupa”, nome carregado pelo viés discriminatório e sexista utilizado para se referir às mulheres exploradas sexualmente e usuárias de crack que frequentavam o local. Acompanhando a equipe do Consultório de Rua durante a ação noturna daquele equipamento, dirigimo-nos a uma grande raiz, na qual um grupo de pessoas, em sua maioria mulheres, fazia uso de crack.

A cena de uso era impactante, tanto pela insalubridade do ambiente, quanto pela situação de risco e miséria social em que estas mulheres se encontravam. Ao mesmo tempo, o manejo dos profissionais (entre redutores de danos e residentes) pautado na construção do vínculo, empatia e respeito, despertou a minha admiração e o interesse de compreender como se dava o acesso dessas mulheres aos demais dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

De acordo com Duff *et al* (2013), a marginalização da população usuária de crack se explicita nas cenas de uso, onde grupos de pessoas se reúnem para o consumo da droga. Estes locais são produtos de uma gama de fatores estruturais como a falta de moradia, falta de acesso a espaços seguros para o fumo, estigma associado ao uso de drogas e prostituição. Comumente, são espaços públicos insalubres que propiciam a criação de laços sociais com outros usuários de drogas, uso intensivo de crack e o sexo como mercadoria de troca para o consumo da droga. A vulnerabilidade extrema das mulheres nesses ambientes aumenta a exposição destas à violência de gênero.

Segundo a *Pesquisa Nacional sobre o Uso de Crack* (Brasil, 2014), mulheres que fazem uso da substância encontram-se inseridas em contextos de maior vulnerabilidade, apresentam baixa escolaridade e muitas estão em situação de rua. Estas expressam uso concomitante de drogas lícitas e ilícitas, possuem histórico de violência sexual, uso pouco frequente de preservativos e troca de sexo por dinheiro e/ou drogas, entre outros determinantes de vulnerabilidade social.

Apesar de as mulheres serem a maioria a procurar os serviços de saúde, as que fazem uso de crack costumam enfrentar uma série de dificuldades no que se refere ao acesso a esses serviços. Inseridas em um contexto de desigualdade social, racial e de gênero, elas são vítimas frequentes de discriminação e preconceito devido ao estigma associado ao consumo de drogas.

Em Pernambuco, profissionais de saúde, pesquisadores, movimentos sociais e governo buscaram, à luz da reforma psiquiátrica, propiciar o cuidado integral às pessoas que fazem uso de drogas. Nesse sentido, foi implementado em 2004 o *Programa Mais Vida: Redução de Danos no Álcool, Fumo e Outras Drogas*. Neste período, o poder público investiu na criação e municipalização de diversos dispositivos da RAPS voltados para a atenção integral, aberta e territorial ofertando cuidado às pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas. Posteriormente, foi criado o Programa Atitude, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, o qual adotando os direitos humanos como paradigma, passou a oferecer serviços de acolhimento, proteção à vida e abordagem de redução de danos nas ruas (Rameh-de-Albuquerque et al, 2017).

O acirramento da guerra às drogas e a criminalização crescente, pela mídia, das pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas refletiram num perverso desmonte das políticas sobre drogas do Recife. Dos sinais desse desmonte, Rameh-de-Albuquerque *et al* (2017) destacam: a descontinuidade política e o (des) financiamento e sucateamento dos serviços que sofrem com o descaso e desinvestimento do poder público. Devido ao contingenciamento de recursos para os serviços da rede intersetorial, vem crescendo o discurso de setores fundamentalistas religiosos ligados ao poder político de Pernambuco sobre a ineficácia da política de redução de danos.

Com a extinção do Programa Mais Vida, o investimento do dinheiro público, até então pautado na Reforma Psiquiátrica e na Luta Antimanicomial, passou a ser destinado à contrarreforma deste modelo de atenção, especialmente por meio de convênios com instituições asilares privadas, de cunho religioso, o que expressa, de acordo com Barboza, “a estratégia de grupos neoconservadores e fundamentalistas religiosos de ocuparem espaços políticos e de acumulação de lucro via parcerias público-privadas” (2014, p. 104). Este sucateamento e desinvestimento na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e demais dispositivos voltados a esta população culminou na falta de infraestrutura operacional e física, terceirização dos serviços e precarização dos vínculos empregatícios.

Além do citado, através do discurso proibicionista e patriarcal presente no senso comum, profissionais que não possuem a qualificação adequada para lidar com esse público tendem a

reproduzir esta lógica discriminatória, atuando de forma a culpabilizar os indivíduos, sem que haja uma percepção dos fatores estruturais que permeiam a vida em sociedade.

Com o intuito de compreender como a política sobre drogas atendia as necessidades sociais das referidas mulheres diante de uma conjuntura de guerra às drogas e pânico moral associado ao uso do crack, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a percepção das mulheres consumidoras de crack acerca do acesso aos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da cidade do Recife.

No que concerne à metodologia, esta pesquisa exploratório-descritiva, de natureza qualitativa, foi realizada durante o ano de 2016, através de observação participante e contato direto com a população estudada por meio do acompanhamento por aproximadamente quatro meses das ações intersetoriais que aconteciam no local nas terças-feiras, pela manhã. Participavam dessa ação: a equipe do eixo de Apoio e Tratamento da Secretaria de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas (SECOD); Equipe do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) da Região Política Administrativa I (RPA1); e a equipe de redutores de danos do Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e Outras Drogas Infantojuvenil (CAPSadi) Prof. Luiz Cerqueira (antigo consultório de rua), a qual também realizava ações no território duas vezes na semana, durante o período noturno.

Ao estudo de campo, intercalou-se a realização de entrevistas semiestruturadas com três mulheres, abordando: a) informações sociodemográficas (idade, sexo, cor/raça, situação conjugal, escolaridade, filhos, localização da última residência fixa, local de moradia/vivência atual, tempo de moradia no local, ocupação/trabalho/fonte de renda principal); b) uso de crack (relação entre atividade sexual/prostituição e o consumo de drogas, tempo de uso, motivações para o uso, abstinência); c) comportamento sexual (prostituição para uso de crack: quantidade de parceiros, tipo de sexo praticado, uso de preservativo, violência); d) dificuldades e entraves no acesso e permanência nos serviços da RAPS (discriminação de gênero e vivência de preconceitos).

As participantes da pesquisa foram selecionadas através de amostragem não probabilística e intencional, respondendo aos seguintes critérios de inclusão: faixa etária a partir dos dezoito anos; ser do sexo feminino; correlacionar a venda do corpo ao consumo de crack; e ser moradora e/ou estar em situação de rua no Distrito Sanitário I, da cidade do Recife. As entrevistas foram analisadas através da técnica de análise de conteúdo.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (parecer 1.630.631), estando de acordo com a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. As mulheres que participaram das entrevistas

foram informadas sobre os riscos e benefícios da sua participação na pesquisa e estavam em concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Rios, Pontes E *Overdrives*

Conforme retratada através das músicas de Chico Science³, a cidade de Recife carrega muitas contradições, sendo a sua beleza construída, desde a sua formação social e histórica, em cima de intensas desigualdades sociais fundamentadas na luta de classes. De acordo com Harvey (2012), a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em poucas mãos.

A população de Recife é de maioria feminina e predominantemente jovem, na faixa etária de 20 a 39 anos. A cidade está dividida em 94 bairros, aglutinados em 6 Regiões Político-Administrativas (RPA). No que se refere ao setor saúde, o município está dividido em 8 Distritos Sanitários (DS). O Distrito Sanitário I está subdividido em 3 microrregiões que correspondem aos bairros: Recife, Santo Amaro, Boa Vista, Cabanga, Ilha do Leite, Paissandu, Santo Antônio, São José, Soledade, Coelho e Ilha Joana Bezerra (Recife, 2013).

Na área central da cidade, o mangue da Avenida Prefeito Artur Lima Cavalcanti, bairro de Santo Amaro, configura-se como território de exploração sexual, consumo de crack e tráfico de drogas, revelando inúmeras interfaces da questão social. Rocha e Silva (2016), ao discorrerem acerca das linhas de análise sobre o pânico social e animalização do usuário na cracolândia de São Paulo, trazem elementos importantes para compreender o cenário que se apresenta também em Recife.

A Ponte do Limoeiro, um dos cartões postais da cidade, assim como a cracolândia paulistana, está cravada no centro urbano, em uma área de turismo, de modo que a sua visibilidade e proximidade incontornáveis são um ponto crucial na definição das formas de tratamento midiático da questão. Denominadas por matérias da mídia local como “mulheres caranguejo” (Oliveira, 2014), são atribuídas às mulheres que consomem crack e são exploradas sexualmente no local características animais que reforçam o estigma da não humanidade destas.

Através do pânico moral instaurado pela mídia, as mulheres que estão no mangue passam a necessitar de alguma intervenção enérgica do poder público, ao mesmo tempo em que a sua

³ Chico Science foi um cantor e compositor pernambucano, um dos principais colaboradores do movimento *manguebeat* em meados da década de 1990. Da canção *Rios, Pontes e Overdrives* foram retirados os trechos das seções da discussão deste artigo: *Rios, Pontes e Overdrives* e *E o molambo ficou lá...*

persistência é tratada como sintoma de inoperância e incompetência desse poder. Por outra linha de análise, a incapacidade do Estado de, em atenção ao clamor do senso comum, realizar uma higienização do local, com a retirada das mulheres, possibilitou que as intervenções deixassem de serem vistas apenas como questão de polícia, para contemplar também uma questão de saúde e, em seguida, configurasse em questão social (Rocha e Silva, 2016, p. 252). De acordo com Souza:

Parece haver uma tendência a ampliar o tratamento do crack para além da dimensão policial, abrindo espaço para diferentes perspectivas do ponto de vista da política pública, mas a força da visão animalizada acerca do usuário acaba atraindo os demais discursos, sanitário e social, para a sua órbita, porque tal visão decorre de uma lógica profundamente arraigada na sociedade brasileira. (apud Silva e Rocha, 2012, p. 252)

Além da demanda por ações intersetoriais no local pelo poder público e a perpetuação da visão animalesca das usuárias através da mídia, a área também se converte num espaço de especulação imobiliária. Assim, a necessidade perpétua de encontrar terreno lucrativo para produção e absorção de excedente de capital, nos moldes próprios à política do capitalismo e, também, a presença da prostituição, tráfico de drogas e consumo de crack no local, confronta os capitalistas com várias barreiras à contínua e problemática livre expansão.

Nesse cenário de rios, pontes e *overdrives*, são formadas impressionantes esculturas de lama. Lama de desigualdade, de fome, de preconceito, de violência, de degradação ambiental e hierarquização do espaço que deveria ser público. Conforme citado por Harvey (2014), a liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos.

E O Molambo Ficou Lá...

Compreendendo o caráter vivo e dinâmico do território, foi realizada previamente a sensibilização e o convite às mulheres para a participação na pesquisa. No dia planejado, acompanhada por uma redutora de danos com formação em psicologia, seguimos para o lócus do estudo. Ao chegarmos, o clima era de tensão e insegurança devido a um episódio de violência ocorrido no dia anterior envolvendo um homem frequentador da área. Tal fato, somado à chuva que caía no início da manhã, contribuíram para que houvesse um número reduzido de mulheres no mangue.

Além do citado, algumas mulheres desistiram de conceder a entrevista quando souberam que a mesma teria o áudio gravado, considerando que havia sido recentemente divulgada na mídia uma matéria reforçando muitos dos estereótipos de gênero e violando os direitos de

imagem das mesmas. Outra limitação encontrada foi que apesar de existirem também mulheres transexuais e travestis em situação de risco e vulnerabilidade social neste território, estas não foram incluídas na pesquisa devido à necessidade de delimitar o objeto de estudo de acordo com o curto período para investigação.

Diante das circunstâncias expostas, apenas três mulheres participaram do estudo: Soledade, Aurora e Imperatriz⁴, conforme relatado a seguir:

Soledade, 27 anos, negra de pele clara, estava com os cabelos cacheados cuidadosamente puxados para trás. Diferentemente da maioria das mulheres que ali se encontravam, ela havia concluído o ensino médio e não tinha filhos. Na ocasião, havia acordado há pouco tempo e referiu estar com fome. Estava em situação de rua na Ponte do Limoeiro há aproximadamente um mês. Quando indagada sobre a sua trajetória nos serviços de saúde, relata que sempre teve acesso à Unidade de Saúde da Família: “desde que eu me entendo por gente que eu utilizo os serviços da prefeitura, a começar novinha pela vacina”.

Em relação ao consumo de substâncias psicoativas, afirma que faz uso de crack há doze anos, entre períodos de uso abusivo e abstinência. Durante esse intermédio, frequentou um Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e Outras Drogas (CAPSad). Enquanto estava em acompanhamento pelo serviço, chegou a passar sete anos em abstinência do crack. Ainda sobre a sua experiência nos serviços de saúde, Soledade explicitou que:

Os únicos serviços que utilizei foi a questão do posto de saúde da família e do CAPS. No meu caso, do posto de saúde da família e do CAPS eu não tenho do que reclamar não. Assim, eu fui bem atendida, eu fui bem acolhida. Assim, não me deixaram a desejar, né? (Soledade – 27 anos, 2016).

Anos mais tarde, voltou a fazer uso da droga e passou três meses internada no Programa Atitude. Ao sair, recebeu encaminhamento novamente para outro CAPSad. Em relação a preconceito ou tratamento de algum modo discriminatório, sofrido nos serviços da Rede de Atenção Psicossocial e rede complementar, narra que sempre se sentiu acolhida e cuidada pelo CAPS: “o que eu mais gostei foi a questão dele não te olhar como a sociedade te olha, com discriminação. Ele te olha com cuidado, e como o ser humano que você é”.

Corroborando a experiência de Soledade em relação ao serviço substitutivo da RAPS, Pitta *et al* (2015), ao avaliarem as práticas dos Centros de Atenção Psicossocial do nordeste em relação ao respeito aos direitos dos usuários, nas suas crenças, valores e hábitos, incluindo a participação social e política dentro dos equipamentos, constataram que em Pernambuco 86,4%

⁴ Nomes fictícios, inspirados em três ruas localizadas na área central do Recife.

dos usuários afirmaram que o CAPS realiza atividades para diminuir o preconceito e 80% atestam serem tratados com respeito e dignidade dentro dos serviços. A pesquisa constatou ainda que os CAPS influenciam positivamente a vida dos usuários, incentivando a participação em assembleias, respondendo às suas reivindicações e considerando a participação dos usuários na gestão dos serviços como reconhecimento dos seus direitos dentro da instituição.

Nesse sentido, apesar de Soledade ter avaliado como positivo os serviços que atendem pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas pelos quais foi atendida, relata que os profissionais que trabalham na Unidade Básica de Saúde de referência da sua moradia de origem não têm conhecimento sobre o seu uso de crack. Percebe-se que o fato de Soledade migrar de território com frequência dificulta o seu acesso aos serviços de saúde durante os períodos de uso abusivo da droga. Como estratégias de autocuidado, a usuária faz a seguinte colocação:

Na questão do Posto de Saúde da família, ninguém sabe do meu uso, porque é o de lá do bairro. No meu bairro ninguém sabe. Quando venho usar as minhas coisas é tudo longe. É sempre em um lugar diferente. Estou precisando fazer todos os meus exames de novo. Porque eu não faço sexo nem oral, nem o normal sem camisinha. Mas acontecem sempre aqueles acidentes, a questão da camisinha estourar e eu tô muito, mas muito nervosa com essas coisas. Eu sou muito cuidadosa com a minha saúde (Soledade – 27 anos, 2016).

Soledade reitera que se sentiu bem assistida pelos serviços da RAPS pelos quais passou, mas alega que ainda não foi abordada por nenhum serviço no território durante o período em que está em situação de rua na Ponte do Limoeiro, o que demonstra que os equipamentos não estão acessando a todas aquelas mulheres de forma igualitária.

Durante o período da pesquisa de campo, acompanhando as ações das diversas equipes, foi possível observar também uma tensão de alguns profissionais entre seu saber técnico e o senso comum, sendo notável o desconforto e medo de alguns destes de entrar no mangue e abordar as usuárias. Deste modo, sugere-se que as condições precárias dos vínculos empregatícios, como falta de reconhecimento e baixa remuneração, interferem negativamente no modo como o trabalho é executado.

Quanto ao preconceito, Soledade relata ser vítima dele nas ruas, quando por vezes é humilhada pelos transeuntes que passam na avenida: “Não, na rua que a gente sente isso, um carro passa e fala, ‘rata’, ‘noiada’, essas coisas. No serviço em si, não”. Conforme trabalhada por Rui (2012), a categoria “nóia”, é atribuída a pessoas que, por circunstâncias sociais e individuais,

desenvolveram com a substância uma relação extrema e radical, sendo o termo utilizado até mesmo entre os pares para designar a perda de autocontrole e do respeito:

É essa figura que emerge e justifica todo o aparato repressivo, assistencial, religioso, midiático e sanitário. Tal como imaginada, ela evoca limites corporais, sociais, espaciais, simbólicos e morais; impulsiona a criação de gestões que visam tanto recuperação quanto eliminação; e também centraliza o investimento dos inúmeros dispositivos políticos que passaram a lidar diretamente com a questão. Portanto, é o corpo imaginado do nóia que radicaliza a alteridade, na medida em que constitui, de diversos modos, um tipo social fundado a partir da exclusão (Rui, 2012, p. 9)

Diante do que fora observado durante a entrevista, infere-se que Soledade não tem críticas negativas a fazer sobre os serviços, mas atribui a responsabilidade de estar nas ruas e fazendo uso de crack a si própria. Sobre o motivo de ela não permanecer frequentando o CAPSad, explicita que: “foi eu não tá nem aí pra vida, na verdade, tá nem aí pra mim. É, como é que a gente fala aqui na rua, to baratinando. Tô naquele momento que esqueço o mundo e é eu e eu”.

Na fala de Soledade, assim como citado por Jessé Souza (2016), nota-se que o desejo de *fugir do mundo* se dá através de uma negação do mundo social que condena muitas das pessoas que fazem uso de crack à iniquidade e ao esquecimento. Deste modo, o usuário tenta fugir de uma vida *sem futuro*. Segundo o autor, o passo inicial para o processo de autocuidado é a reconstrução da capacidade prospectiva do usuário. No entanto, considera essa capacidade de planejar o próprio futuro como um *privilégio de classe*.

O discurso de Soledade demonstra ainda uma autoculpabilização própria do modelo neoliberal, o qual atribui a ascensão ou fracasso social aos méritos e capacidades pessoais, responsabilizando unicamente os indivíduos por questões estruturais. Assim como Soledade, muitos não possuem consciência de classe, e em vez de se rebelarem contra o sistema que os oprime, a reação é dirigida para si mesmos, sendo o consumo da droga uma tentativa de fugir das desigualdades de classe, de gênero e de raça em que estão inseridos.

A segunda entrevista foi realizada com Aurora, 33 anos, pele negra clara, olhos cor de mel, lábios rachados e grossos. Coursou o ensino fundamental incompleto e teve dois filhos. Na ocasião, era usuária de crack há quinze anos e estava na Ponte do Limoeiro há cerca de oito anos. Por frequentar o local há mais tempo e ter o conhecimento sobre o território, era referência para as demais mulheres, exercendo uma posição de liderança entre elas. Devido ao tempo em que estava em situação de rua, havia percorrido diversos serviços da Rede de Atenção Psicossocial e

rede complementar como CAPSad e Programa Atitude. Nas ruas, foi acessada pelo Consultório de Rua, Consultório na Rua e abordagem de serviços da Política de Assistência Social.

Já passei em todos. O Atitude é o mais difícil de conseguir uma pernoite. E o Atitude só interna a gente se a gente mentir, dizer que tem dez caras que quer matar a gente, que “tá” com bolsa de crack, se disser que a gente “tá” devendo alguma coisa. E outra coisa, aqui fora eles são uma coisa e lá dentro são outra. Tem hora que são muito ignorantes com as pessoas, tem hora. Tratam mal às vezes, as pessoas [...] CAPS, “oxi”, já tirei a maior “braba” no CAPS. Eu discuti com o vigia. No Atitude já fiz cara de tapete, já tirei sangue de policial. Já fui algemada lá dentro do Atitude, chamaram “os homi” para me tirar e eu querendo ficar na pernoite, aí terminei ficando na pernoite. Aí quando chegou os Direitos Humanos, eles tiraram a algema de mim e me deixaram na pernoite. Eu quero uma pernoite e ninguém quer me dar (Aurora – 33 anos, 2016).

Diante das dificuldades que Aurora retrata para ter acesso ao acolhimento do Programa Atitude, Malheiros (2018) ao pesquisar as vivências das mulheres usuárias de crack em Salvador refere que o acesso ao abrigo foi apontado como importante para o controle do uso de crack, sendo a sua ampliação de suma importância para garantia de direitos dessas mulheres. No entanto, apesar de tais serviços serem considerados de baixa exigência, ainda existe certa rigidez nos critérios de admissão que prejudicam o acesso. Além do citado, nota-se um despreparo da equipe técnica para atender as especificidades das usuárias.

De imediato, Aurora relata as dificuldades enfrentadas para ter acesso ao Programa Atitude, mas não identifica que essas diferenças de “tratamento” tenham relação com a sua classe, raça ou com o seu gênero. Quando indagada sobre preconceito ou discriminação sofrido nos serviços da rede, ela refere que não sofreu preconceito nos serviços e sim das pessoas que transitam cotidianamente no território, preconceito este que já se materializou em violência sexual e física.

De acordo com Santos *et al* (2018), a relação entre uso abusivo de substâncias psicoativas e violência é intrínseca à estrutura social de desigualdades de gênero, raça e classe social, portanto não pode ser considerada como resultante apenas de condutas individuais. Segundo os autores, as políticas proibicionistas numa perspectiva de “guerra às drogas”, criminalizam o uso de drogas, principalmente o crack, estigmatizando e naturalizando práticas de violência contra as pessoas que fazem uso da substância.

Ao realizar o recorte de gênero e raça, compreende-se que a violência de gênero perpassa a trajetória de vida das mulheres, principalmente as negras, desde as relações familiares, sociais e institucionais. Considerando o viés racista da política proibicionista, percebemos que as mulheres negras têm seus corpos ainda mais controlados e limitados pelo Estado, revelando diversas

facetas do racismo contemporâneo, pois este se constitui como projeto histórico que por vezes traça o destino dessas mulheres (Malheiros, 2018).

Apesar de não ter citado de imediato, após um momento maior de reflexão, Aurora passou a identificar que o fato de ser uma mulher que faz uso de crack e se prostitui na Ponte do Limoeiro influencia e faz diferença no modo como é tratada e vista nos serviços, tanto pelos profissionais, quanto pelos usuários. Esse não reconhecimento de prontidão demonstra que, muitas vezes, a violência e o preconceito são sofridos tão cotidianamente que passam a ser naturalizados e arraigados nas experiências de vida dessas mulheres. Nesse sentido, Aurora explicita:

Tem diferença né, tem muita diferença, porque as pessoas ficam olhando pro lado da pessoa, ela é lá do “chupa-chupa”, não sei o que, preconceito né. É ruim demais, é horrível. Às vezes eu vou lá no Atitude aí falam: “é a mulher caranguejo”, por isso que às vezes eu me saio da pernoite. Já me internei doze vezes (Aurora – 33 anos, 2016).

Diante da fala de Aurora, é importante mais uma vez afirmar o papel da mídia na construção do imaginário social sobre as pessoas que fazem uso de crack. Denominadas por matérias da mídia local e veículos televisivos da rede nacional como “mulheres caranguejo”, foram atribuídas às mulheres que consomem crack e são exploradas sexualmente no mangue da Ponte do Limoeiro características animais que reforçam para a sociedade o estigma da não humanidade destas.

Em relação ao CAPSad, Aurora verbalizou que conhece o serviço, mas não tem interesse de participar:

Pro CAPS eu não vou, é longe que só o caramba. Olha, pra eu ir pro CAPS tem que ter passagem viu, eu não aguento não, ir a pé não daqui pra lá. E quando eu ia era só na sexta-feira, uma vez só que eu ia pra lá, uma vez por semana. Nunca mais eu fui, tô afastada há muito tempo (Aurora – 33 anos, 2016).

Uma grande dificuldade encontrada pelas mulheres que estão na Ponte do Limoeiro é a ausência de CAPSad no Distrito Sanitário I, área onde o mangue está localizado, pois o CAPSad de referência para a população do Bairro de Santo Amaro é localizado no Distrito Sanitário III, cerca de 4 km do local, o que corresponde a aproximadamente uma hora de caminhada. Apesar da lógica territorial ser preconizada na construção da RAPS, essa premissa não foi efetivada, o que contribui para a não adesão destas mulheres ao CAPS.

Nesse sentido, Teixeira *et al* (2017), ao realizarem uma revisão sistemática da literatura sobre o uso de crack, apontam que, de modo geral, existe uma baixa utilização dos serviços

sociais e de saúde entre as pessoas que fazem uso da substância que está associada às dificuldades de acesso a esses serviços – que vão desde a distância e a necessidade de deslocamento e transporte até os horários de funcionamento desses serviços, passando pelo preconceito em relação às pessoas que fazem uso da droga por parte dos profissionais de saúde.

Apesar de Aurora não ser acompanhada pelo CAPS no momento da entrevista, relata que frequenta regularmente a Unidade Básica de Saúde, a qual está localizada a menos de 1 km de distância do Mangue e compõe um ponto de atenção da Rede de Atenção Psicossocial que cumpre com a diretriz da territorialidade. Assim, finaliza a entrevista: “quero ir pra pista arrumar dinheiro”.

No terceiro e último momento de realização das entrevistas, ao adentrar na cena de uso, no interior do mangue, encontramos Imperatriz, 43 anos, estatura baixa, corpo magro, pele negra escura. Muitas linhas de expressão no rosto e poucos dentes na boca, o que fez com que, devido ao desgaste físico, ela aparentasse ter mais idade. Apesar de estar há alguns dias na Ponte do Limoeiro, ela possui residência fixa em uma comunidade na cidade de Olinda, onde mora com duas filhas e netos. Na ocasião da entrevista, estava sob efeito de crack e há dias sem dormir: “A gente tá aqui pernoitada, estressada, todo mundo liso, pernoitado, fica assim agoniado”, relata.

Nesse sentido, Malheiros (2018) aponta que, dentre outros fatores, a vivência de uma violência de gênero muitas vezes desencadeia o uso descontrolado de crack, onde as usuárias ficam pernoitadas cerca de dois a quatro dias, até chegarem à exaustão física, ocasião que leva a mulher a procurar um local seguro para o descanso (se houver) e o ciclo se repete após outra violência de gênero.

Dando prosseguimento às entrevistas, Imperatriz conta que começou a ser explorada sexualmente desde a infância, mas considera a prostituição como uma forma de “trabalho” que desempenha anteriormente ao uso do crack e que através dela adquiria o seu sustento e também o das suas filhas.

Eu vivo de vida dessa acho que desde eu nova, eu criei as minhas filhas assim. Mas aqui nessa vida dessa droga, que é a pior droga que existe no meio do mundo, acho que faz uns dez anos que estou aqui. Em vida de batalha eu vivo desde que fui mulher, desde os meus onze anos de idade (Imperatriz – 43 anos, 2016).

No que tange à fala de Imperatriz, Santos *et al* (2018) ao pesquisarem sobre o histórico de violência entre mulheres que fazem uso de crack no estado de Pernambuco, apontam que das 243 (duzentas e quarenta e três) mulheres pesquisadas, 76,1% destas referiram o início precoce da

vida sexual, antes dos 15 (quinze) anos. O dado alarmante representa mais uma violência a que estas mulheres foram expostas, sendo um fator de risco determinante para o abuso e a dependência de drogas na idade adulta. Ainda em relação à violência, quase 100% das mulheres mencionou ter vivenciado situações de violência que por vezes ocorreram antes do uso de drogas.

Silva afirma que

mulheres envolvidas no mercado do sexo são majoritariamente levadas por problemas vinculados intimamente à exploração e à opressão, corporificados na pobreza, na discriminação étnico-racial, na baixa autoestima, nas múltiplas formas de violência, nas drogas, na solidão. (2012, p. 91)

De acordo com a autora, frequentemente o envolvimento com a drogadição resulta na exposição das mulheres à degradação física, psicológica e social. Nas periferias do país, grande quantidade de mulheres se prostitui para conseguir dinheiro para alimentar o consumo do crack.

Sob o capitalismo a mulher prostituída, convertida em coisa, se encontra com o homem, detentor da mercadoria dinheiro, para objetivar um produto, o prazer; que é a ela alheio. Esse produto [prazer], também não consegue ser a ele [o homem] pleno de sentido, por representar o contato não com um indivíduo livre desejante, mas com um corpo que está a ele disponível pela mediação única da mercadoria dinheiro. Ao fim desse contato a autenticidade sexual humano-genérica permanecerá perdida e impedida; precisamente, por não poder ser potencialmente uma experiência entre pessoas plenamente livres (Silva, 2013, p. 83).

Nesse aspecto, quando a mercadoria é substituída pela necessidade imediata do crack, os graus de vulnerabilidades são ainda mais intensificados, pois a prostituição passa a ocorrer a qualquer momento, ou seja, sempre que elas sentem a fissura. O poder de negociação fica prejudicado, já que buscam realizar a troca do corpo por crack. Isso faz com que necessitem realizar muitos programas em uma rotina interminável de conseguir clientes, realizar sexo, obter droga ou dinheiro para comprá-la, fumar o crack e voltar para o passo inicial em busca de um novo cliente (Nappo, 2004).

Destaca-se que muitas mulheres passam a usar drogas como uma forma de anestesiá-la sua existência na prostituição. Outras procuram a prostituição para sustentar a dependência das drogas, “o que acaba por produzir um ciclo-vicioso, difícil de ser rompido sem a intervenção de políticas universais e transversalizadas de saúde e assistência social” (Silva, 2012, p.92).

No que se refere ao acesso aos serviços e saúde, Imperatriz relata que frequenta a Unidade de Saúde da Família do seu bairro; informa que já recebeu encaminhamento para ir ao CAPS, mas que ainda não sentiu necessidade de procurá-lo.

Eu vou fazer isso quando achar que eu tenho que fazer. É porque eu vejo tanta gente que vai pra isso e algumas pessoas que vai pra esse tratamento e voltou para a mesma coisa. Agora só quando venho para cá que me dá vontade de fumar. Até dentro de casa eu fumava, todo dia, até vender eu já vendi, até presa eu fui por causa dessa droga. Diminuiu bastante, então esse tratamento tem que ser com a decisão minha de querer deixar (Imperatriz – 43 anos, 2016).

Imperatriz traz no seu discurso o modo como percebe os serviços de tratamento para pessoas que fazem uso de drogas. Faz uma crítica ao modo de funcionar ainda de muitos serviços, nos quais o tratamento é centralizado no uso de psicotrópicos e no falar sobre a droga, desconsiderando os inúmeros aspectos da vida do indivíduo, inserido dentro das suas singularidades e de um contexto social e político. Apesar de muitos CAPS estarem pautados numa política de “reinserção social”, é possível notar que seu programa de atenção diária tem maior foco na resolução do aspecto físico-químico do que no aspecto social do uso problemático do crack (Souza, Dutra e Henriques, 2016). Acrescenta:

Porque eu acho que não adianta eu tá, porque eu sei que vai ser aquela, tomar comprimidos, aí vai começar a falar sobre a droga, aí vai dar mais vontade de fumar a droga, eu acho que a conversa é essa. Por que não conversa outra coisa? É só sobre a droga e começa a dar remédio. Coisa de remédio controlado eu já tomei, eu tomo, eu comecei a me drogar com remédio controlado, pra mim não vai servir, não vai adiantar de nada, eu vou continuar viciada, porque uma droga estimula a outra. Eu uso as minhas drogas e sei usar, não me prejudica em nada não. Sei o que é que eu faço, uso, sei com quem eu vou comprar, sei o que eu vou falar e sei o que eu vou escutar (Imperatriz – 43 anos, 2016).

Diante da fala de Imperatriz, é possível observar que, além desta desconstruir o imaginário social da pessoa que faz uso de crack – vista como alguém que perdeu sua autonomia e poder de decisão –, demonstra que, apesar da dependência do crack, assume um posicionamento crítico e consciente acerca do seu uso e sobre o modo de tratamento que lhe serve.

No discurso de Imperatriz, assim como das outras entrevistadas, destaca-se que as mulheres, por sofrerem de uma discriminação enraizada, muitas vezes não se dão conta das questões de classe, sexo/gênero e raça que permeiam as suas trajetórias. Assim, compreende-se que as relações de sexo/gênero são relações estruturantes, consubstanciadas com os conflitos de classe e raça, de modo que as respostas de transformação somente podem ser coletivas, uma vez que as mudanças nas relações individuais não são capazes de alterar em nível estrutural as relações sociais (Cisne, 2014).

Através da fala das entrevistadas, notou-se a necessidade de ampliação dos serviços territoriais pautados na perspectiva da redução de danos, bem como da articulação entre as políticas públicas de saúde, assistência social e educação, proporcionando também o acesso ao mundo do trabalho. Apesar das diferenças em suas trajetórias de vidas, as três são marcadas pela violência de gênero de um sistema patriarcal que, conforme Cisne (2015), é entendido como um sistema de opressão, apropriação e exploração sobre as mulheres, que, fundido com o capitalismo e o racismo, faz-se presente em todas as relações sociais.

Traçando um paralelo entre a música Rios, Pontes e *Overdrives* com a temática trabalhada no presente artigo, Chico Science retrata o seguinte enredo: “e o molambo já voou, caiu lá no calçamento bem no sol do meio dia o carro passou por cima e o molambo ficou lá”. Segundo Markman (2007, p. 184), o contexto em que se desenvolve a canção retrata a situação de miséria dos habitantes do mangue de Recife, onde um ser humano é atropelado e morto e permanece estirado no asfalto quente do meio dia, o que representa uma situação de abandono, de desprezo social que pontua a sua situação de vida e que o acompanha até a morte.

A expressão “o molambo ficou lá” faz uma alusão ao desânimo que o pobre assume diante de uma vida sem esperança; desânimo este bastante presente nas faces cansadas dessas três mulheres, indicando também uma passividade da população e do poder público diante da banalização da miséria social. Nessa perspectiva, as mulheres que estão na Ponte do Limoeiro, usando do corpo para consumo do crack à luz do dia, são ainda mais invisibilizadas, por estarem envoltas pelas opressões de raça, sexo/gênero e classe social. Diante da mídia e da cultura do machismo, são meras “ratas”, “noiadas”, “mulheres caranguejo”, tendo a sua morte social por vezes decretada e institucionalizada.

Considerações Finais

Conforme discutido neste artigo, as mulheres que fazem uso de crack, que são exploradas sexualmente e estão em situação de rua na Ponte do Limoeiro estão envoltas por sistemas de opressões que representam um nível de extrema vulnerabilidade, pois possuem múltiplos determinantes de risco social e agravo à saúde. Por estarem longe dos padrões aceitáveis de feminilidade, o acesso aos serviços de saúde se dá de forma precarizada e incipiente.

Percebeu-se através dessa pesquisa a fragilidade e as contradições presentes tanto nas políticas públicas municipais quanto nos Serviços que atendem a essa população, e ainda na conduta de alguns profissionais que participam das ações no local. Ainda é muito presente o

discurso do medo para acessar as mulheres devido à violência estrutural que perpassa as relações no ambiente de consumo e tráfico de drogas. No entanto, como é possível cuidar integralmente se os próprios profissionais reforçam os estigmas sociais e não vão ao encontro das usuárias no seu espaço e nos seus territórios existenciais?

Apesar das inconsistências observadas na configuração da RAPS municipal, foi possível inferir que essas ocorrem devido ao sucateamento, desinvestimento e desmonte da política pública de saúde mental fomentada pelo Estado neoliberal. O modelo de atenção psicossocial se contrapõe à lógica manicomial, proibicionista e de guerra às drogas à medida que dispõe de serviços abertos de natureza territorial e comunitária, incentivando a participação social, o combate ao preconceito e discriminação, respeitando a liberdade e os direitos humanos dos usuários e usuárias.

Através da fala das entrevistadas, observa-se que, apesar de estarem envoltas pelos mesmos sistemas de dominação e determinantes de desigualdades sociais, cada vivência e cada trajetória é singular. Ainda que coabitando em um mesmo território, contexto social de miséria e abandono, essas mulheres não são animais e muito menos zumbis; são pessoas com seu autocuidado e autonomia, ainda que relativa, preservados, sendo as suas existências e formas de ser no mundo essencialmente políticas e combativas à ordem social vigente.

Diante da conjuntura citada, as mulheres que fazem uso de drogas, devido ao sistema patriarcal, sexista, proibicionista, racista e classista, são ainda mais violadas pelo crescente conservadorismo e criminalização das suas vidas e dos seus corpos.

Considerando as múltiplas dimensões da temática estudada, a presente pesquisa buscou conhecer as experiências vivenciadas pelas mulheres em relação aos serviços da Rede de Atenção Psicossocial, mas não pretende esgotar neste artigo essa discussão, e sim trazer alguns elementos para a problematização deste fenômeno complexo, demonstrando a necessidade de mais estudos que versem sobre esta questão.

Submetido para avaliação em 28 de fevereiro de 2018

Aprovado para publicação em 17 de outubro de 2019

Referências

- Rameh-de-Albuquerque, Rossana Carla et al. (2017), *A Rede de Cuidado das Pessoas que Usam Crack e Outras Drogas: Experiências de Recife e Pernambuco no âmbito da vulnerabilidade e direitos humanos – uma perspectiva intersetorial*. In: Vecchia, Marcelo Dalla et al. (Org.). *Drogas e direitos humanos: reflexões em tempos de guerra às drogas*. Porto Alegre: Rede Unida, pp. 319-346.
- Barboza, Fernanda. (2014), *Internação compulsória individual ou coletiva dos dependentes de crack: o discurso do estado e do Serviço Social*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, Recife.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2014), *Pesquisa Nacional Sobre o Uso de Crack*. Brasília. Acessado em 24/10/2016 e disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Pesquisa%20Nacional%20sobre%20o%20Uso%20de%20Crack.pdf>
- CASTRO, Josué de. (2007), *Homens e Caranguejos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CISNE, Mirla. (2014), *Relações Sociais de Sexo, “Raça”/Etnia e Classe: uma análise feminista-materialista*. Temporalis, Brasília (DF). Acessado em 02/08/2017 e disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7886>
- _____. (2015), *Direitos Humanos e Violência Contra as Mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista*. Rev Serviço Social. 2015; 18(1):138-154.
- DUFF, Putu et al. (2013), *Sex-for-Crack exchanges: associations with risky sexual and drug use niches in an urban Canadian city*. Harm Reduction Journal. Acessado em 03/11/2016 e disponível em: <https://harmreductionjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/1477-7517-10-29>
- HARVEY, David. (2008), *O direito à cidade*. Tradução de Jair Pinheiro, professor da FFC/UNESP/Marília. New Left Review, n.53.
- MALHEIROS, Luana Silva Bastos. (2018), *Tornar-se Mulher Usuária de Crack: trajetórias de vida, cultura de uso e política sobre drogas no centro de salvador, Bahia*. Dissertação (mestrado em Antropologia), Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- MARKMAN, Rejane Sá. (2007), *Música e Simbolização – Mangubeat: contracultura em versão cabocla*. Annablume. São Paulo, p. 232.
- NAPPO, Solange. (2004), *Comportamento de Risco de Mulheres Usuárias de Crack em Relação às DST/AIDS*. São Paulo: CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas.
- PITTA, Ana et al. (2015), *Direitos humanos nos Centros de Atenção Psicossocial do Nordeste do Brasil: um estudo avaliativo, tendo como referência o QualityRights – WHO*. Saúde Debate, Rio de Janeiro, v. 39, n. 106, p. 760-771, jul-set 2015.

OLIVEIRA, Wagner. (2014) As “mulheres-caranguejo” do bairro de Santo Amaro. Segurança Pública, Diário de Pernambuco, Recife. Acessado em 10/01/2016 e disponível em: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/segurancapublica/?p=7291>

RECIFE, Prefeitura do Recife. (2013), Plano Municipal de Atenção Integrada ao Crack e Outras Drogas. Recife.

_____. (2015), Secretaria de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas lança edital com Comunidades Terapêuticas. Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas. Acessado em 17/12/2016 e disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/23/11/2015/secretaria-de-enfrentamento-ao-crack-e-outras-drogas-lanca-edital-com>

_____. (2014), SECRETARIA DE SAÚDE DO RECIFE. Plano Municipal de Saúde 2014 - 2017. Secretaria Executiva de Coordenação Geral, Gerência Geral de Planejamento.1ª. Secretaria de Saúde do Recife, p. 84.

RUI, Taniele Cristina. (2012), *Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Campinas: UNICAMP/IFCH.

SANTOS, Daianny de Paula et al. (2018), Histórico de Violência entre Mulheres que Fazem Uso de Crack no Estado de Pernambuco, Brasil. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 119, p. 862-875, out-dez 2018.

SILVA, Ana Cristina. (2012), *Estatuto Social da Prostituição: uma crítica ao padrão conceitual de posituação atribuído à prostituição contemporânea*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal de Pernambuco, CCSA. Recife.

SOUZA, Jessé. (2016), *Crack e Exclusão Social*. (org.) Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, Brasília.

_____. DUTRA, Roberto; HENRIQUES, Vanessa. O poder discricionário dos agentes institucionais que lidam com usuários de crack: invisibilidade de classe e estigma de gênero. In: Jessé Souza (org), Brasília, pp. 305-327.

_____. ROCHA, Maria Eduarda da Mota; SILVA, José Augusto. Pânico social e animalização do usuário: o crack na Folha de S. Paulo. In: Jessé Souza (org). Brasília, pp. 251-286.

TEIXEIRA, Mirna Barros et al. (2017), Revisão Sistemática da Literatura Sobre Crack: análise do seu uso prejudicial nas dimensões individual e contextual. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 112, p. 311-330, jan-mar 2017.